

BRVIAS HOLDING TBR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

BRVIAS HOLDING TBR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
BRVias Holding TBR S.A.
Lins - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRVias Holding TBR S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Controlada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia e sua controlada depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados por sua Administração para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 27. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP-262247/O-8

BRVias Holding TBR S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	2.115	6.103
Caixa restrito	4	7.384	-	7.384	-
Aplicações financeiras	5	-	-	9.831	9.692
Contas a receber	6	-	-	8.560	5.076
Impostos a recuperar		1.564	-	2.229	923
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.275	361
Outros créditos		232	232	12.514	1.322
Total do ativo circulante		9.180	232	43.908	23.477
Não circulante					
Dividendos a receber	7	1.438	1.261	-	-
Tributos diferidos	15.a	-	-	14.563	16.927
Depósitos judiciais		-	-	3.158	3.043
Contas a receber	6	-	-	764	764
Ativos de direito de uso		-	-	425	705
Investimentos	8	379.322	354.574	-	-
Imobilizado	9	-	-	4.402	5.432
Intangível	10	-	-	473.830	484.888
Ativo de contrato (intangível em construção)		-	-	90.721	70.465
Total do ativo não circulante		380.760	355.835	587.863	582.224
Total do ativo		389.940	356.067	631.771	605.700

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	35.720	37.772
Debêntures	12	5.800	144.327	5.800	144.327
Fornecedores	13	-	-	35.916	18.860
Obrigações tributárias		1.778	153	8.373	2.674
Parcelamento tributário		-	-	-	-
Provisão para manutenção	14	-	-	4.600	-
Partes relacionadas	7	530	521	1.133	1.446
Parcelamento ANTT		-	-	-	-
Obrigações sociais		-	-	4.818	6.565
Dividendos a pagar	7	1.543	1.543	1.543	1.543
Obrigações infraestrutura a realizar		-	-	11.564	10.865
Contas a pagar		-	-	7.387	5.803
Total do passivo circulante		9.651	146.544	116.854	229.855
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	65.093	102.458
Fornecedores	13	-	-	362	427
Parcelamento tributário		6.585	366	9.620	1.323
Debêntures	12	89.000	-	89.000	-
Provisão para manutenção	14	-	-	4.172	6.326
Partes relacionadas	7	-	-	34.048	31.566
Tributos diferidos	15.a	-	-	13.271	11.208
Provisão para demandas judiciais	16	-	-	4.870	4.322
Outras contas a pagar		-	-	9.777	9.058
Total do passivo não circulante		95.585	366	230.213	166.688
Patrimônio líquido					
Capital social	17	303.971	303.971	303.971	303.971
Reserva de capital		17.537	17.537	17.537	17.537
Adiantamento para futuro aumento de capital		61.406	53.933	61.406	53.933
Prejuízos acumulados		(98.210)	(166.284)	(98.210)	(166.284)
Total do patrimônio líquido		284.704	209.157	284.704	209.157
Total do passivo e patrimônio líquido		389.940	356.067	631.771	605.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	18	-	-	205.263	132.562
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(135.646)	(102.018)
Lucro bruto		-	-	69.617	30.544
		-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	19	(2.500)	(72)	(28.560)	(19.586)
Outras receitas não recorrentes	12	75.561		75.434	
Resultado de equivalência patrimonial	8	20.138	(1.007)	-	108
		93.199	(1.079)	116.491	11.066
Receita financeira	21	-	-	355	271
Despesa financeira	21	(20.027)	(15.881)	(33.088)	(28.527)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(20.027)	(15.881)	(32.733)	(28.256)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		73.172	(16.960)	83.758	(17.190)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.b	(5.098)	-	(11.256)	(1.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.b	-	-	(4.428)	1.605
		(5.098)	-	(15.684)	230
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		68.074	(16.960)	68.074	(16.960)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	68.075	(16.960)	68.075	(16.960)
Total de resultado abrangente do período	68.075	(16.960)	68.075	(16.960)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	303.971	17.537	43.854	(149.324)	216.038
Aumento de capital social	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	10.079	-	10.079
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.960)	(16.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	303.971	17.537	53.933	(166.284)	209.157
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	7.473	-	7.473
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.074	68.074
Saldos em 31 de dezembro de 2021	303.971	17.537	61.406	(98.210)	284.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e
2020 (Em milhares de reais)

E	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	68.074	(16.960)	68.074	(16.960)
Ajustes para				
Depreciação/amortização	-	-	37.435	34.740
Resultado de equivalência patrimonial	(20.138)	1.007	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Provisão de manutenção	-	-	2.446	1.480
Provisão para demandas judiciais	-	-	1.075	2.976
Rendimento de aplicação financeira	-	-	(394)	(347)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13.766	15.802	23.616	27.323
Baixa do ativo imobilizado	-	-	2.652	1.578
Perdão de juros e encargos moratórios	(75.561)	-	(75.561)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	4.428	(1.605)
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	(3.485)	(3.227)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(914)	41
Impostos a recuperar	(1.564)	-	(1.306)	37
Outros créditos	(7.384)	-	(18.577)	(56)
Depósitos judiciais	-	-	(115)	(1.039)
(Aumento) redução no passivo				
Fornecedores	-	-	16.993	(3.381)
Obrigações tributárias	7.844	151	13.996	(510)
Obrigações sociais	-	-	(1.747)	1.423
Contas a pagar	-	-	2.062	(1.479)
Demandas judiciais (pagamentos)	-	-	2.160	-
Partes relacionadas	-	-	-	664
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(8.965)	(6.029)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(14.963)	-	63.873	35.629
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	(2.881)	(5.639)
Resgate de aplicações financeiras	-	-	2.743	4.342
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.568)	(1.357)
Adição do intangível	-	-	(46.382)	(19.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(48.088)	(21.965)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de arrendamento	-	-	-	-
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	89.000	-	89.289	859
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(81.510)	-	(121.322)	(20.287)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.473	-	12.260	9.846
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	14.963	-	(19.773)	(9.582)
Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	-	-	(3.988)	4.082
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	-	-	6.103	2.021
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	-	-	2.115	6.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding TBR S.A. (“Companhia” ou “BRVias”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007. Sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala W, Vila Olímpia, cidade de São Paulo - Estado de São Paulo. A Companhia possui como objeto social a participação em empresas não financeiras.

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Controlada), que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., foram aportadas na BRVias Holding TBR S.A., passando a ser a única acionista da Transbrasiliana.

Em 17 de setembro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Controladora) firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua Controlada Dable Participações Ltda., para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da BRVias Holding TBR S.A., detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Transbrasiliana” ou “Controlada”, por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (“CADE”) realizado em 17 de outubro de 2014.

Em 5 de janeiro de 2015, as Partes concluíram o negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores.

A sua Controlada é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo.

O objeto social da Controlada é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Dessa forma, a Controlada se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$4,30 para R\$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3).

Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU.

Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU.

Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda.

Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que “mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários” e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP.

A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal.

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido.

Em 1º de março de 2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016.

No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio (“TBP”) para R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06 de março de 2021, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31 de março de 2021), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata.

Embora tivesse a Companhia a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06 de abril de 2021, de modo que a TBP voltou a ser de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2021.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31 de março de 2021. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14 de abril de 2021, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio.

Assim, desde a zero hora do dia 16 de abril de 2021 a TBP é de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A nova tarifa também deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, no consolidado a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$73.123 (R\$206.379 em 31 de dezembro de 2020), sendo que desse montante R\$1.133 (R\$1.446 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a dívidas com partes relacionadas classificado no curto prazo.

Em adição ao pleito de reajuste de Tarifa Básica de Pedágio mencionado anteriormente, a Administração da Controlada tem adotado outras ações para sua reestruturação, como:

- Aumento de receita acessória com novos projetos em área de concessão. Desde o início da gestão pela Triunfo, a Controlada vem passando por reestruturações e otimizações de processos de forma a incrementar sua geração de caixa, e outras medidas vêm sendo tomadas no sentido de alavancar o faturamento;

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Continuidade operacional--Continuação

- Parcelamento de tributos;
- Renegociação com fornecedores e instituições financeiras, com o objetivo de redução de custos e alongamento da dívida; e
- Integralização de capital social realizada pela sua controladora conforme Nota Explicativa nº 15.

A Companhia está também inserida no plano de reestruturação financeira desenvolvido por sua controladora (Triunfo), que compreende a alienação de sua participação em investidas e a repactuação do endividamento das empresas do grupo.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia e sua controlada, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia e sua controlada, bem como para continuidade das operações.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua Controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de decidir as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Companhia controla a Transbrasiliana e, portanto, realiza a consolidação integral da Controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados da Controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e a Controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; e (ii) participações no capital e lucro do exercício da Controlada. O exercício social da Controlada é coincidente com o da Companhia.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, assim como as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua Controlada revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Demonstrações Financeiras em 22 de março de 2022.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que foram emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber:

- Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato;
- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR “fase 2”) - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	-	524	515
Saldos bancários	-	-	1.591	5.588
	-	-	2.115	6.103

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Controlada considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa restrito	7.384	-	7.384	-
	7.384	-	7.384	-

Em 30 de julho de 2021 foi realizada a 2ª emissão de debêntures objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda ou intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição e integralmente subscritas e integralizadas por fundo de investimento gerido pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (Quadra). O saldo em conta vinculada corresponde ao valor mínimo de retenção conforme definido na escritura de emissão de debêntures.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	-	-	9.831	9.692
	-	-	9.831	9.692

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 (i).

6. Contas a receber

Descrição	2021	2020
Arrecadação de pedágio	8.439	4.998
Receitas acessórias (i)	6.101	6.058
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(5.216)	(5.216)
Total	9.324	5.840
Circulante	8.560	5.076
Não circulante (i)	764	764
	9.324	5.840

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a controladora mantém provisionado os montantes de R\$5.216 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020) para crédito de liquidação duvidosa o qual representa apenas um cliente do contas a receber em atraso das receitas acessórias.

7. Partes relacionadas

A sua Controlada submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, sua Controlada e seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Saldo em aberto em		Valor da transação para os exercícios encerrados	
		2021	2020	2021	2020
Controladora					
Ativo					
Dividendos a receber Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	1.438	1.261	-	-
		1.438	1.261	-	-
Passivo					
Triunfo Participação e Investimento S.A.	(ii)	530	521	-	-
Dividendos a pagar Dable Participações Ltda.	(iii)	1.543	1.543	-	-
		2.073	2.064		
Consolidado					
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(ii)	33.683	31.727	1.951	2.479
Construtora Triunfo S.A.	(iv)	1.472	1.255	5.148	5.509
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(v)	26	30	-	-
Dividendos a pagar Dable Participações Ltda.	(iii)	1.543	1.543	-	-
		36.724	34.555	7.099	7.988

- (i) Dividendos a receber de resultados apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015; não foram distribuídos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
- (ii) O valor devido à Triunfo é composto por despesas pagas pela controladora, inclusive créditos cedidos pela Controladora (Triunfo), no Consolidado, o valor devido à TPI é composto por despesas pagas pela controladora, e que serão reembolsados pela Companhia, e créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da TPI cedidos à Companhia para adesão aos programas de Parcelamentos da Receita Federal PRT/PERT;
- (iii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores;
- (iv) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção;
- (v) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimentos e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações contábeis da empresa Controlada e a movimentação do investimento da Companhia.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Investida		
Participação no patrimônio líquido	100%	100%
Resumo do balanço patrimonial		
Ativo circulante	<u>34.728</u>	23.245
Ativo não circulante	<u>587.864</u>	582.224
Total do ativo	<u>622.592</u>	605.469
Passivo circulante	<u>108.641</u>	84.572
Passivo não circulante	<u>134.627</u>	166.321
Patrimônio líquido	<u>379.324</u>	354.576
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>622.592</u>	<u>605.469</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	<u>20.138</u>	(1.007)
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Movimentação do investimento		
Saldo Inicial de Investimento	354.574	345.735
Participação nos resultados	20.138	(1.008)
Aumento de capital	4.787	9.847
Distribuição de dividendos	(176)	-
Investimento em 31 de dezembro	<u>379.323</u>	<u>354.574</u>

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2020	1.691	2.123	417	8.708	751	13.690
Adições	579	645	30	310	4	1.568
Baixas	(23)	(370)	-	(472)	-	(865)
Saldo em 31/12/2021	2.247	2.398	447	8.546	755	14.393
Depreciação						
Saldo em 31/12/2020	(1.268)	(943)	(271)	(5.592)	(184)	(8.258)
Adições	(253)	(266)	(37)	(1.655)	(36)	(2.247)
Baixas	23	25		466		514
Saldo em 31/12/2021	(1.498)	(1.184)	(308)	(6.781)	(220)	(9.991)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2020	423	1.180	146	3.116	567	5.432
Saldo em 31/12/2021	749	1.214	139	1.765	535	4.402
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos intangível e de contrato (intangível em construção)

	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 24.c)	Total do intangível em construção
Custo						
Saldo em 31/12/2020	535.620	130.725	666.345	64.897	9.442	74.339
Adições	4.325	3.106	7.431	38.951		38.951
Baixas	(1.195)	(211)	(1.406)	(998)	-	(998)
Transferências	15.230	-	15.230	(15.230)		(15.230)
Saldo em 31/12/2021	553.980	133.620	687.600	87.620	9.442	97.062
Amortização						
Saldo em 31/12/2020	(155.926)	(25.531)	(181.457)	(3.874)	-	(3.874)
Adições	(25.335)	(7.043)	(32.378)	(2.530)	-	(2.530)
Baixas	22	43	65	63	-	63
Saldo em 31/12/2021	(181.239)	(32.531)	(213.770)	(6.341)	-	(6.341)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2020	379.694	105.194	484.888	61.023	9.442	70.465
Saldo em 31/12/2021	372.741	101.089	473.830	81.279	9.442	90.721
Taxa de amortização %	6,64	6,64				

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais.

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

(iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos intangível e de contrato (intangível em construção)--Continuação

Os ativos intangíveis da Controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

Ativo de contrato (Intangível em construção)

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações contábeis.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de impairment é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2021 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia e sua controlada. O resultado apurado no teste de impairment foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no exercício.

11. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurados pelo custo amortizado.

Consolidado

<u>Tipo de operação</u>	<u>Taxa de juros (% a.a.)</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	92.574	123.296
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2022	6.603	9.200
CCB BTG (iii)	3,0%	CDI	2021	-	5.937
CCB	12,70%	-	2025	1.636	1.797
Total				100.813	140.230
Circulante				35.720	37.772
Não circulante				65.093	102.458

- (i) Em 14 de maio de 2010, a Controlada firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$272.231. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$9.705 (Nota Explicativa nº 6);
 - Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
 - Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária.
 - Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada estava em cumprimento com os *covenants* estabelecidos nos contratos de empréstimos.
- (ii) Em 28 de janeiro de 2016, a Controlada firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998. Sobre o principal da dívida incidem juros CDI + 3,0% a.a., com exigibilidade trimestral.
- (iii) Em 30 de junho de 2016, a Controlada firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) no valor total de R\$75.031. Sobre o principal da dívida incidem juros de 7% a.a. mais CDI, com vencimento original para 1º de fevereiro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017 foi liquidado o valor de R\$82.000. Após a liquidação o saldo remanescente foi renegociado com o vencimento original para o dia 28 de dezembro de 2021 e a taxa 3,00% a.a. A Controladora da Companhia é avalista deste contrato. Em 09/08/2021 a Companhia realizou a quitação do empréstimo.

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021, possuem taxa média ponderada de 8,56% a.a. (7,24% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>
2023	23.102
2024	15.251
2025	15.759
2026	5.587
2027 - 2028	5.394
	<u>65.093</u>

12. Debêntures

A Companhia realizou em 22 de dezembro de 2010 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$44.000.

Foram emitidas 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures que são atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

A Companhia realizou em 30 de julho de 2021 a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$89.000, com vencimento para 30 de julho de 2029.

Foram emitidas 89.000 (oitenta e nove mil) debêntures que são atualizadas a partir da data da emissão, com base no Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalentes a 9,45% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado no valor nominal unitário atualizado.

A composição da operação de debêntures em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada da seguinte forma.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

<u>Data da liberação</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Encargos (% ao ano)</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
22/12/2010 (i)	Única	44.000	IPCA + 7,5%	-	144.327
09/08/2022 (ii)	Única	89.000	CDI + 9,45%	94.800	-
Passivo circulante				5.800	144.327
Passivo não circulante				89.000	-

(i) Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da Controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela Controlada.

Por motivos alheios a sua vontade, a BRVias Holding TBR S.A. não efetuou o pagamento dos débitos referentes à Escritura de Emissão de Debêntures e, em 24 de janeiro de 2018, 2019 e 2020, a InfraBrasil declarou o vencimento antecipado de todas as obrigações da Companhia, mediante o envio de notificação.

Em 3 de janeiro de 2018, a InfraBrasil ajuizou ação de execução de título extrajudicial em face da BRVias Holding TBR S.A. pleiteando o pagamento do valor de R\$87.001, com data-base de 23 de julho de 2018. Após a citação e intimação para pagamento, a BRVias Holding TBR S.A. instaurou um Procedimento Arbitral para discussão dos valores cobrados, sendo que este foi arquivado em razão da não existência de excesso de execução.

As parcelas anuais encontravam-se vencidas desde dezembro de 2017, sendo que o aval da Triunfo referente a estas debêntures estava abrangido no Plano de RE. Com a suspensão do Plano em janeiro de 2020, a controlada indireta BRVias celebrou, em junho de 2021, acordo junto aos credores que contempla: alteração do fluxo de pagamento, com pagamento no montante de R\$ 10.000 e pagamentos trimestrais a partir de junho de 2022 até dezembro de 2030; alteração da taxa de juros para IPCA + 7,5 % a.a. desde janeiro de 2020, subdividindo o contrato em duas tranches – Tranche principal e tranche de bônus de adimplemento, esta última contempla os encargos moratórios e será remunerada a mesma taxa de juros da tranche principal, porém o bônus de adimplemento será concedido na medida que o saldo devedor da tranche principal for amortizado com pagamentos efetivos. O contrato prevê bônus de adimplemento de 50% no caso de quitação integral até 15 de agosto de 2021. Em 02 de agosto de 2021 foi aprovada a 2º emissão de Debêntures simples no montante de R\$ 89.000 com prazo de vencimento de 8 anos, e em 09 de agosto de 2021 foi realizada a quitação integral da 1º Emissão de debêntures da BRVias. Obtendo um perdão da dívida no valor de R\$ 75.561 em virtude do pagamento antecipado da 1ª emissão de debentures nos termos do aditivo contratual celebrado em junho de 2021.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da Controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela Controlada.

13. Fornecedores

Consolidado	2021	2020
Fornecedores diversos	27.855	11.452
Retenções (i)	8.423	7.835
	36.278	19.287
Circulante	35.916	18.860
Não circulante (i)	362	427
	36.278	19.287

(i) A Controlada adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

14. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia e sua controlada define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

Resumo da movimentação	2021	2020
Saldo inicial	6.326	4.846
Adições	2.446	1.480
Saldo final	8.772	6.326

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R\$
2022	4.600
2023	1.364
2024	2.808
	8.772

15. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A Controlada apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 22.187 (2020: R\$ 30.125). Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Controlada tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo		
Provisões	7.019	10.243
Prejuízo fiscal e base negativa	7.544	6.684
	14.563	16.927
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(9.096)	(9.734)
Outros	(4.175)	(1.474)
	(13.271)	(11.208)
	1.292	6.016

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada possuía créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$22.187. A expectativa de utilização desses saldos por parte da Controlada encontra-se abaixo demonstrada:

Ano	R\$
2022	1.318
2023	1.372
2024	2.201
2025	2.653
Total	<u>7.544</u>

b) Imposto de renda e contribuição social - resultado

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Controlada e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	83.758	(17.190)	83.758	(17.190)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	28.477	6.048	28.477	6.048
(+) Adições/exclusões permanentes	(83)	(383)	(83)	(383)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	6.847	(342)	-	-
(+) Outros	-	-	-	-
	35.241	5.323	28.394	5.665
(-) Provisão para realização dos créditos diferidos	(35.241)	(5.323)	17.808	5.435
	-	-	(10.586)	230
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(6.158)	(1.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.428)	1.605
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(10.586)	230
Alíquota efetiva	-	-	34%	19%

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais

A Controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado o montante de R\$4.870 (R\$4.322 em 31 de dezembro de 2020) na Controlada, o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.814	508	4.322
Adições	1.431	132	1.563
Pagamentos	(449)	(78)	(527)
Reversões	(349)	(139)	(488)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.447	423	4.870

Adicionalmente, a Controlada é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Controlada, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, essas ações totalizam R\$29.017 em 31 de dezembro de 2021 (R\$57.845 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	118	26.823	104	55.606
Trabalhistas	59	2.194	49	2.239
Total	177	29.017	153	57.845

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$303.970 (R\$303.970 em dezembro de 2020), totalmente integralizado, representado por 303.970.710 (303.970.710 em dezembro de 2020) 50% em ações ordinárias e 50% em ações preferenciais e sem valor nominal.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição acionária, em 31 de dezembro de 2021, é apresentada abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Dable Participações Ltda.	303.970.710	100,0
	303.970.710	100,0

18. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Conseqüentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao “Método de insumo” apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção.

O ativo de contrato (intangível em construção) é representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que antes da adoção do CPC 47 eram reconhecidos como ativo intangível da concessão (nota explicativa nº 9).

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Controladora.

Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00% à 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

A seguir a composição da receita operacional líquida:

<u>Consolidado</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de pedágios	172.819	122.491
Receitas acessórias	3.830	3.700
Receita de construção - ativos da concessão	43.788	17.219
Tributos incidentes	(15.174)	(10.848)
	205.263	132.562

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gastos por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos dos serviços prestados				
Custo com pessoal	-	-	17.691	18.089
Depreciação e amortização	-	-	34.908	32.540
Serviços de terceiros	-	-	18.096	15.875
Custo de construção	-	-	43.788	17.219
Custo de contrato concessão	-	-	6.791	6.037
Provisão de manutenção	-	-	1.417	631
Outros	-	-	12.955	11.627
	-	-	135.646	102.018
Despesas administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	8.997	9.340
Serviços de terceiros	-	-	12.590	3.764
Material, equipamentos e veículos	-	-	701	686
Depreciação e amortização	-	-	2.247	1.921
Despesas gerais	2.500	72	4.025	3.875
	2.500	72	28.560	19.586

20. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	355	271
Total receitas financeiras	-	-	355	271
Passivo				
Juros sobre financiamentos	(20.027)	(15.881)	(28.982)	(25.751)
Outras despesas financeiras	-	-	(4.106)	(2.776)
Total despesas financeiras	(20.027)	(31.224)	(33.088)	(28.527)
Resultado financeiro líquido	(20.027)	(31.224)	(32.733)	(28.256)

21. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua Controlada apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua Controlada.

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

i) Risco de liquidez

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	10.735	30.883	75.358	116.976
Fornecedores e outras contas a pagar	10.827	32.480	9.714	53.021
Total	21.561	63.363	85.072	169.997

ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia e sua Controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2021 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua Controlada também não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e ou sua Controlada vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Perfil

Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua Controlada era:

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Valor contábil	
		2021	2020
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		-	-
		Valor contábil	
Risco		2021	2020
Instrumentos de taxa variável			
	Empréstimos e financiamentos	6.603	15.137
	Empréstimos e financiamentos	92.574	123.296
	Debêntures	94.800	144.327

ii) Risco de mercado--Continuação

Perfil--Continuação

O objetivo da Companhia e de sua Controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia e de sua Controlada são apresentadas a seguir:

- Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

- Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2021.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

ii) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

- Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2020	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	6.603	Aumento CDI	9,15	9,15	604	11,44	755	13,73	907
Empréstimos e financiamentos	95.574	Aumento TJLP	5,32	5,32	5.085	6,65	6.356	7,98	7.627
Debêntures	94.800	CDI	18,60	18,60	17.633	2325	22.041	27,90	26.449

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

iii) Risco de crédito--Continuação

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua Controlada administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua Controlada pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

22. Cobertura de seguros

A sua Controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir, tendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como favorecida:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Maio/2021 a outubro/2024	15.000
Engenharia	Maio/2021 a outubro/2025	314.569
Operacionais	Maio/2021 a maio/2022	47.735
Garantia	Março/2021 a março/2022	72.220

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Cobertura de seguros--Continuação

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

23. Benefícios a empregados

A sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

Em 6 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Controlada não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

A Controlada aderiu ao Plano de previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Controlada e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizaram R\$ 387 e R\$ 365, respectivamente.

24. Remuneração diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Descrição	2021	2020
Pró-labore	1.383	1.238
Encargos sociais	451	247
Benefícios diretos e indiretos	298	204
Participação nos resultados	845	-
Total	2.977	1.689

25. Aspectos ambientais

A sua Controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua Controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

27. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Decorrente da verba de fiscalização

A sua Controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento a título de verba de fiscalização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no montante anual de R\$3.873. O valor será corrigido com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

Estes compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2021, estão assim distribuídos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2022	3.873
2023	3.873
2024 até 2032	30.986
	<u>38.732</u>

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

a) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a sua Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2021, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R\$334.719, demonstrados conforme abertura abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2022	37.153
2023	26.771
2024	20.932
2025	29.621
2026	19.841
2027 até 2033	200.401
	<u>334.719</u>

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Termo de Acordo de Conduta (TAC)

A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia.

Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R\$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016.

Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R\$15.247 foi aplicado para compensação tarifária.

Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R\$ 11.563 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo.

Cumprir informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018.

Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 23036/2021/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em Julho/2021 e término de obra em Abril/2023, sem prejuízo de novos pedidos de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (mais recente pedido foi apresentado dia 06/01/2022) para início em Janeiro/2022 e término em Outubro/2023, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.